

RECENSÕES E NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

MUÑOZ, Ronaldo: *La Iglesia en el pueblo. Hacia una eclesiología latinoamericana*. CEP, Lima (Peru), 1983. 288 pp., 19,5 x 13,5 cm.

Os dezesseis capítulos que integram o livro que ora recenseamos foram escritos ao longo dos dez últimos anos e publicados em diferentes revistas ou coletâneas, mais da metade na revista Mensaje, de Santiago do Chile. Escritos desde dentro da caminhada da Igreja na América Latina, são testemunho do itinerário percorrido por ela durante a última década: dos desafios que teve que enfrentar, dos graves e dolorosos conflitos em que se viu envolvida e pelos que foi atravessada. A "passagem" da última década foi para o Povo de Deus na América Latina uma verdadeira "páscoa": passagem do Senhor e passagem para um encontro mais fiel com o Senhor, através de noites, desertos e perseguições. Durante todos estes anos a Igreja deu também provas de uma criatividade na qual descobrimos a ação do *Spiritus Creator*, do Espírito que o Senhor enviou e continua enviando para iluminar, fortalecer, conduzir e recriar sempre de novo sua Igreja, na busca de uma fidelidade sempre maior a Deus e aos homens. Mais concretamente: ao longo de todos estes anos foi "amadurecendo e estendendo-se entre as maiorias pobres uma nova forma de ser Igreja de Jesus Cristo: mais popular, mais fraternal, mais integralmente libertadora do homem" (Prólogo, p. 5).

Confessamos logo de saída que o que mais nos impressionou e cativou ao longo da leitura foi o espírito, a sensibilidade, o amor que o autor revela ao abordar o mistério da Igreja e ao refletir sobre ela desde dentro dela. Esta fidelidade evangélica, com suas duas vertentes, é professada por R.M. desde a primeira página do Prólogo: "Fidelidade a Jesus Cristo e à sua mensagem; fidelidade aos povos pobres e oprimidos da América Latina. No fundo, uma só fidelidade a Jesus Cristo, vivo e vivendo nos pobres da terra, identificado com sua causa" (*ibid.*).

Os capítulos que compõem o livro foram escritos a partir da experiência do autor no seu trabalho pastoral nos meios populares e mais particularmente nas comunidades eclesiais de base dos subúrbios de Santiago. Daí a sensação de aderência à realidade, de que se trata de reflexões sobre a vida real das comunidades que são concretamente "a Igreja no povo": de sua indigência econômica e de sua marginalização social, de sua fé e de sua esperança cristãs.

O livro de R. M. está dividido em quatro partes, cujo conteúdo passamos agora a expor sumariamente, acrescentando, aqui e acolá, algumas observações:

— Os quatro capítulos que compõem a Primeira Parte giram em torno do tema "A causa dos pobres, a causa mesma de Cristo" (pp. 13-81). No cap. 1 são descritas duas experiências ou dois desafios que se apresentam aos que querem viver sua fé, a fidelidade ao Evangelho, na realidade

de latino-americana: a) a miséria coletiva como situação de pecado, b) a libertação social como expressão de fé. O que o autor quer mostrar é a relação entre o que poderíamos chamar a dimensão mística e a dimensão política da fé cristã. A nosso ver, R. M. consegue formular acertadamente, sem separar e sem confundir, a tensão dialética que existe entre essas duas dimensões, ambas constitutivas da existência cristã, e que pode ser expressada em termos de relação Reino-história, Igreja-mundo, consciência crítica-discernimento evangélico, amor universal-privilegio dos pobres etc. O cap. 2: "A causa de Cristo e a comunidade dos seus discípulos" é na realidade um capítulo de teologia bíblica sobre o tema da fé nos evangelhos e sobre sua dimensão eclesial. No cap. 3, sobre "O humanismo evangélico de Puebla", R. M. entra de cheio no tema da opção pelos pobres. O tema é tratado com honestidade, senso crítico e fidelidade evangélica notáveis. O fervor com que o autor defende a opção pelos pobres, por razões evangélicas, não o leva a uma canonização acrítica dos pobres nem a uma visão romântica da cultura popular. O cap. 4, sobre "O Evangelho dos jovens", não se integra bem, pelo menos diretamente, no título geral desta primeira parte; mas nem por isto deixa de ser um capítulo lúcido e estimulador.

— Entre os capítulos que compõem a Segunda Parte: "A Igreja entre colonizadores e colonizados" (pp. 83-144) não há articulação nem sequer unidade no objeto formal. O cap. 1 ("O povo oprimido e a Igreja: uma história latino-americana") é mais histórico do que teológico. É, aliás, uma apresentação histórica de

terceira mão, pois o autor depende confessadamente dos estudos de E. Hoornaert. Não obstante as simplificações da visão da "história latino-americana", o capítulo contém observações questionantes e estimuladoras. O cap. 2 é um estudo bíblico-histórico que também não pretende ser original. A partir dos dados históricos sobre o conflito interno e a perseguição na origem da Igreja, dados que estão tomados de um estudo de H. Conzelmann, R. M. dá elementos para uma leitura dos conflitos e das perseguições da Igreja da América Latina na situação atual (situação que, aliás, é reconhecida como bastante diferente daquela da Igreja apostólica) e para o que deveria ser a prática daquela. O capítulo 3 ("Tensões numa Igreja viva") é uma espécie de prolongamento do anterior. R. M. identifica dez pontos de tensão, suas causas ou raízes e indica, muito brevemente, algumas pistas para a superação dessas tensões. No último cap. desta parte ("A função nos pobres na Igreja: dois modelos") são analisados dois "modelos", duas maneiras de ver e de praticar a relação Igreja-mundo: um concebe a Igreja como "grande instituição" e o outro como rede de comunidades de base. Na segunda parte do capítulo são analisados os três fatores mais importantes para a "função dos pobres na Igreja": os valores do povo dos pobres, as comunidades cristãs como sinal e fermento no povo e, finalmente, a "grande instituição eclesial" a serviço das comunidades no povo.

— Os cinco capítulos da Terceira parte, que tem como título geral: "A conversão da Igreja aos pobres" (pp. 145-229), tratam sucessivamente

da renovação conciliar na América Latina, da relação entre Espírito e instituição na Igreja, do serviço da Igreja aos homens, particularmente através da defesa e promoção dos direitos humanos, da opção evangélica pelos pobres e da ação social, desde a perspectiva dos pobres.

— A Quarta Parte: “A Igreja no povo dos pobres” (pp. 231-275) consta de três capítulos. No primeiro deles R. M. reflete sobre a unidade, ou melhor, sobre a sinergia entre fé e vida. “É uma questão fundamental, porque sabemos que se a fé não encharca e orienta nossa vida, não é fé cristã e não pode libertar-nos” (p. 234). Na ótica desta preocupação, reflete-se sobre o papel da comunidade eclesial e da formação permanente da fé. O capítulo seguinte recolhe a palestra pronunciada pelo autor no Congresso Ecumênico Internacional de Teologia, realizado em São Paulo em 1981. Sistematizando os temas eclesiológicos que segundo ele foram os dominantes no Congresso, R. M. expõe as três qualidades seguintes da Igreja latino-americana: Igreja evangelizadora, Igreja dos pobres e Igreja comunitária. O último capítulo: “Libertação e organizações populares”, é da autoria de P. Fontaine. Não duvidaríamos em atribuir-lhe, fundamentalmente, as mesmas qualidades dos quinze ensaios precedentes; qualidades que gostaríamos de destacar agora, como conclusão desta revisão.

Os estudos que compõem o livro estão escritos num estilo ao mesmo tempo claro, sintético, e teologicamente rico e denso; prova de que simplicidade na exposição não se opõe à profundidade teológica.

Como se pode perceber pelo resumo feito acima, o tema dominante é o da opção pelos pobres. Julgamos que os capítulos que tratam mais diretamente deste tema (por ex. 4, 8, 12, 13, 15) são em geral os melhores; não só por sua clareza e lucidez, mas também porque estão perpassados, do começo ao fim, por um apaixonado amor à Igreja e aos pobres, ou melhor dito (para evitar mal-entendidos dualistas), à Igreja dos pobres. As críticas feitas à Igreja que está aí, são inequivocamente percebidas pelo leitor como nascidas do amor a ela. Mais do que críticas, são “autocrítica”, porque feitas desde dentro da Igreja e não pretendendo senão ajudar a mesma Igreja na busca de uma fidelidade sempre maior à missão recebida de seu Senhor para o serviço do Evangelho. Problemas, falhas, miopias e covardias na Igreja são honesta e corajosamente reconhecidas, mas são igualmente reconhecidos os avanços, os sinais de conversão, entre os quais sobressai a crescente entrada dos pobres na Igreja e a progressiva encarnação da Igreja nos meios pobres.

São conhecidos os reparos críticos feitos às expressões “Igreja que nasce do povo” e “Igreja popular”. Eles chegaram até João Paulo II, o qual, na sua carta aos bispos da Nicarágua (29/VI/82), alerta para o sentido teologicamente inaceitável que *pode* ser dado a essas expressões. O próprio Santo Padre reconhece, porém, na mesma carta, que essas expressões “se pode atribuir um significado aceitável. Com ela (a expressão “Igreja popular”), querer-se-ia assinalar que a Igreja surge quando uma comunidade de pessoas, espe-

cialmente de pessoas dispostas por sua pequenez, humildade e pobreza para a aventura cristã, abre-se à Boa Nova de Jesus Cristo e começa a vivê-la em comunidade de fé, de amor, de esperança, de oração, de celebração e participação nos misté-

rios cristãos, especialmente na Eucaristia". Quem ler o presente livro de R. M., não terá dúvida alguma de que este é o sentido que ele dá a expressão "A Igreja no povo".

Álvaro Barreiro S.J.

EPSZTEIN, Leon: *La justice sociale dans le Proche-Orient et le Peuple de la Bible*. Les Éditions du Cerf, Paris 1983. 272 pp., 18,5 x 13,5 cm.

O autor do presente trabalho é conhecido pelos seus estudos sobre a época moderna como, por exemplo, *L'Economie et la morale aux débuts du capitalisme en France et en Grande-Bretagne*, Paris, 1966. As suas pesquisas sobre as relações entre a economia e a moral na história moderna o levaram, como afirma na introdução, a abordar "um dos principais legados do mundo da Bíblia, de examinar de um ponto de vista histórico e sociológico as principais componentes deste vasto conjunto no seio do qual nasceu e amadureceu a justiça social" (13).

O trabalho é dividido em três grandes partes: *A justiça social nos países vizinhos do Antigo Israel, a justiça social e a sociologia bíblica (ensaio historiográfico) e nomadismo, profetismo e as leis sociais*.

Na primeira parte são analisadas as leis mesopotâmicas (as "reformas" de Urukagina [2400 a.C.], o Código de Lipit-Ishtar [primeira metade do XIX séc.], o Código de Hammurabi) (cap. I) e a Maât egípciana (cap. II). Nos diferentes prólogos das leis mesopotâmicas aparece "o princípio

da proteção das viúvas, dos órfãos, dos pobres", mas ele "é formulado de maneira quase estereotipada e servia provavelmente em primeiro lugar para a propaganda do soberano que procurava satisfazer a opinião pública" (38-39). A Maât, deusa que tinha um papel central no panteão egípcio, personificava a ordem, a justiça, a verdade. Mas, numa sociedade "fortemente hierarquizada, onde a pirâmide, além de forma arquitetural, é também o símbolo de uma certa estrutura social, o que se refere à justiça social parece proceder segundo as leis da dicotomia, jogar em favor das camadas sociais distintas e superpostas" (77).

Na segunda parte, o A. se propõe analisar o problema da justiça social a partir do ponto de vista histórico e sociológico. Inicia fazendo um balanço daquilo que foi feito nesta perspectiva. Começando pelos estudos que o A. denomina "racionalis" da Bíblia, feitos por Maimônides e Spinoza, é levado a considerar os estudos sociológicos, especialmente de M. Weber (*Das antike Judentum*, Tübingen, 1921) e A. Causse (*Du groupe ethnique à la communauté religieuse. Le problème sociologique de la religion d'Israel*. Paris, 1937). Nestes estudos a questão da justiça é considerada tendo em vista a confrontação de dois mundos, duas fases.

diferentes de civilização: entre os nômades e seminômades de uma parte e os sedentários de outra (cap. IV). Outros estudos analisam a justiça social considerando os conflitos que se jogam no interior da sociedade israelítica, quando a antiga concepção ética é minada pelas novas formas de vida econômica e social. Trata-se de estudos, como os de M. Lurje, A. Menes e L. Finkelstein, que levam em consideração a luta de classes (cap.V).

Na *terceira parte* o A., não satisfeito com o resultado do balanço historiográfico na busca de encontrar uma explicação da intensidade com que a sede de justiça se manifesta em Israel, se propõe a recorrer ao "método sociológico fundado sobre o conceito dinâmico do fenômeno global: tomando em consideração todos os aspectos do fenômeno em questão sob a forma de um conjunto onde tudo se compenetra" (141). Segue aqui a indicação metodológica de N. K. Gottwald. Mas, na impossibilidade de retomar todos os temas essenciais da história bíblica em relação com o tema da justiça e de estudá-los tendo em conta a conjuntura histórica como a estrutura social do país na época considerada, o A. se limita à análise do nomadismo (cap. VI), do profetismo (cap. VII) e das leis sociais do Pentatêutico (cap. VIII) para "ressaltar o problema da justiça sob forma dinâmica" (142). Assim analisando o *nomadismo* e a justiça social, o A. procura mostrar o importante lugar que o nomadismo ocupa na história bíblica, mas sempre preocupado em sublinhar que não pode ser exagerado e idealizado. A vida nômade "cria um sentimento

de solidariedade, uma obrigação que de uma maneira imperiosa impõe ao grupo inteiro o assegurar a proteção de todos seus membros fracos e oprimidos" (145). Para os *profetas* a justiça não é um valor abstrato, existindo fora da vida real, fora da sociedade. Segundo os profetas, a principal razão da cólera de Deus é a injustiça. Os profetas "parecem estar entre os primeiros, senão são os primeiros na história, a introduzir a primazia do moral, dando mais importância aos bons costumes, ao comportamento do que ao culto" (159). A *legislação social da Torá* é analisada na sua correlação com o ideal dos profetas. Legislação social que está enraizada na vida de Israel e que não é uma mera compilação de decretos abstratos. Assim o A. analisa, neste longo capítulo, o direito bíblico e os direitos cuneiformes, a importância na Torá da proteção dos pobres, da viúva, do órfão e do estrangeiro, do assalariado, o estatuto dos escravos, a interdição do empréstimo a juros, a instituição do sábado e do ano jubilar.

Uma ampla bibliografia e um índice de nomes de divindades, de pessoas, de lugares e de noções completam o trabalho, constituindo um importante instrumento para outras pesquisas. No entanto deve-se notar que o A. não teve acesso à importante obra de Norman K. GOTTWALD, *The Tribes of Yahweh. A sociology of the Religion of Liberated Israel, 1250-1050 B.C.E.*, New York, 1979.

Em alguns momentos da sua pesquisa o A. deixa-se levar pelo entusiasmo do seu objetivo de estudo, afirmando que "a cristandade pode-

se gloriar de muitos personagens de um grande valor moral, mas a sede de justiça não ocupa entre eles o mesmo lugar, nem chega ao mesmo grau de intensidade que entre os profetas. À exceção, talvez, dos Padres da Igreja, a busca da justiça não joga o mesmo papel de denominador comum, de fio condutor como entre os profetas hebreus" (170).

O trabalho de L. Episztein, como o afirma H. Cazelles no prefácio, oferece um quadro de conjunto que permite outras pesquisas. "Pode-se descobrir a modernidade dos proble-

mas que perpassaram o antigo Oriente, onde surgem a Bíblia e sua Torá, testemunhas de uma experiência privilegiada" (9-10). Trata-se de um trabalho acessível a todos aqueles que, mesmo não sendo especialistas, buscam as razões para a sua luta pela justiça social. Pois "a relação com o divino atravessa a relação com os homens e coincide com a justiça social. Eis todo o espírito da Bíblia judaica" escreve o A. na conclusão (224), citando E. Levinas.

Inácio Neutzling S.J.

MERKLEIN, Helmut: *Die Gotresherrschaft als Handlungsprinzip. Untersuchung zur Ethik Jesu* (Forschung zur Bibel 34). Echter Verlag, Würzburg 1978. 339 pp., 23,5 x 15,5 cm.

O trabalho que aqui apresentamos consiste numa pesquisa sobre o tema do Reino de Deus como princípio de ação moral. Pesquisa feita sob a direção de R. Schnackenburg para a obtenção da Habilitação na Universidade de Würzburg.

O 1º capítulo descreve a centralidade do "Reino de Deus" no anúncio de Jesus e sua significação fundamental para uma ética de Jesus. A ética de Jesus se qualifica como escatológica. O futuro proclamado por Jesus coloca o princípio *formal* de ação, isto é, que provoca para uma ação. Não se trata, portanto, de uma ética de normas.

O 2º capítulo mostra como este princípio formal de ação conduz para uma nova orientação da ação. Do anúncio do Reino de Deus por Jesus

deriva uma nova ordenação de valores. Nova ordenação de valores que se torna clara nas Bem-aventuranças e no duplo mandamento do amor e na exigência de uma distância soberana frente à Torá, interpretando-a jesuanicamente, isto é, escatologicamente.

Mas como o Reino de Deus provoca para uma nova ação? Como o próprio do anúncio do Reino de Deus conduz a uma nova ação, é tratado no 3º capítulo. O Reino de Deus é antes de tudo uma "absoluta prerrogativa de Deus" (110-111). Para a compreensão fundamental da ética de Jesus isto significa que a ação moral não pode ser entendida como algo que, como consequência, exige a salvação. "A ética no sentido de Jesus não pode ser senão uma grandeza soteriológica" (133). A ética de Jesus é "essencialmente possibilidade de ação. Seu último axioma não diz: 'Obedece, então viverás', mas antes ao contrário: 'Tens a vida (a salvação, ou seja: a promessa de salvação), então age consequente-

mente.”. A ação moral é assim “reação frente à oferta de Deus” (139).” A ética de Jesus contém e exige fundamentalmente uma ação a partir da esperança na definitiva salvação futura do homem e do mundo (Reino de Deus) e que é possibilitada pela aceitação de que em Jesus se apresentou e já se tornou eficaz a promessa escatológica de Deus” (172).

A ética de Jesus, caracterizando-se essencialmente como possibilidade de ação, leva a uma nova compreensão da existência dos homens. Esta nova compreensão da existência dos homens, capítulo 4º, torna-se clara através do anúncio teológico de Jesus, ou seja, através de como Jesus fala de Deus (173). E neste sentido a teologia aparece como implicação da escatologia (212-215). A mensagem de salvação de Jesus assegura que Deus se preocupa pelo homem. Assim, “quem se deixa cativar pela Basiléia escatológica pode contar que Deus, o ‘Pai’, já muito antes, por ele se preocupa. Isto significa que a escatologia de Jesus (...) implica uma especificação da teologia, no sentido do Deus-Pai, do qual a Basiléia que Jesus anuncia é *Basileia tou Theou*” (182). O anúncio do Reino de Deus não tem somente implicações quanto ao futuro do homem, mas também no sentido do passado do homem. A mensagem do perdão e da bondade de Deus liberta os homens da fixação do seu passado de pecado. “O anúncio do Reino de Deus não permanece uma inebriante visão do futuro. A significação da mensagem da Basiléia fica inteligível existencialmente para os homens na implícita bondade e preocupação do Pai.

Quem se entrega ao fazer escatológico de Deus, pode, de agora em diante, viver a partir da anulação do próprio passado de culpa, experimentando a radical bondade, na confiança de que o único futuro prometido é a providência do Pai” (215).

No 5º capítulo é analisado o Reino de Deus como princípio *material* de ação, ou seja, a ação concreta que é exigida dos homens pelo anúncio do Reino de Deus. A bondade radical do agir escatológico de Deus é o pressuposto, o fundamento, a possibilidade e a motivação da ação humana. “Onde Deus se decidiu pela salvação dos homens e se voltou radicalmente e sem pressupostos e incondicionalmente para os homens, o homem pode e deve, por sua parte, se voltar radicalmente para o homem, sem que para isto possa exigir condições ou pressupostos” (234). Isto sustenta a tese do A. de que a ética cristã não é uma ética interina, uma ética para uma elite, mas uma ética para todos aqueles que se deixam envolver pela bondade radical de Deus.

O trabalho de H. Merklein vai-se impondo como fundamental para o estudo do importante tema do Reino de Deus. Isto é atestado pela crítica e pelo importante lugar que vem ocupando nos recentes estudos sobre a moral no Novo Testamento. E títulos para isto não lhe faltam: o aparato técnico-exegético, uma bibliografia amplíssima que recolhe o que existe de melhor neste campo e que fornece um instrumental valioso para futuras pesquisas.

Inácio Neutzling S.J.

FOHRER, Georg: *Estruturas Teológicas Fundamentais do Antigo Testamento* (Nova Coleção Bíblica – 14). Tradução do original em alemão por Álvaro Cunha. Revisão de João Bosco. Edições Paulinas, São Paulo 1982, 397 pp., 20 x 13 cm.

O autor trata, no cap. 1º, da problemática da compreensão adequada do AT, que se manifesta pelas várias tentativas de interpretação, condicionadas, as mais das vezes, por questionáveis pressupostos dogmáticos, que exigem, no cap. 2º, a explicitação do tema da Revelação no AT. O cap. 3º versa sobre a multiplicidade das correntes religiosas e teológicas do AT, frente às quais o cap. 4º procura explicitar a unidade em meio a essa multiplicidade, isto é, o ponto central da teologia do AT: o povo de Deus no reino de Deus. Baseado nesse ponto central, o cap. 5º compara o AT com o NT pelo confronto

entre o princípio ativo de transformação e a capacidade passiva de transformação. O cap. 6º trata dos aspectos relevantes que são característicos da fé, no AT, enfocando o núcleo central da teologia veterotestamentária: a estrutura da relação pessoal entre Deus e o homem; a intervenção de Deus na vida dos povos e dos indivíduos, como também na natureza e por meio dela a correlação entre Deus e o homem; a relação entre fé e práxis; a dimensão histórica da fé, no AT. O cap. 7º faz desses dados aplicações práticas a alguns temas: o significado da história das origens, o Estado e a ação política, a vida social, o homem e a técnica, e as concepções sobre o futuro do homem. A conclusão retoma a questão, analisada no cap. 1º, sobre a relação entre o AT e NT para respondê-la à base dos temas elaborados nos capítulos precedentes. O original alemão foi publicado em 1972.

L. St.

VERHEUL, Ambros: *A estrutura fundamental da Eucaristia*. (Coleção "Liturgia e Teologia", 5). Edições Paulinas, São Paulo 1982. 155 pp., 20 x 13 cm.

O título do livro aponta para o seu conteúdo, um aprofundamento em algo que é fundamental no nosso "mistério de fé" e que nem sempre é conhecido pelos cristãos.

A celebração eucarística finca suas raízes na ceia judaica. Os ritos da ceia dos judeus tem uma estrutura. Quem a desconhece perde infini-

dade de nuances que Jesus aproveitou e enriqueceu.

A espiritualidade da Beraká é bem mais rica do que normalmente entendemos pelo termo "bênção". "Quando Deus abençoa o homem, este mesmo responde com a bênção a Deus, não no sentido de transmitir bênçãos a Deus, mas de louvor, admiração e gratidão a Deus, fonte e princípio de todo bem do céu e na terra" (26). A Beraká cultual comporta: 1) a própria fórmula de bênção, 2) a anamnese da mirabilia Dei: a motivação do louvor mais ou menos elaborada e 3)

no fim, a retomada do louvor do começo: uma doxologia final.

A vida cotidiana do judeu fiel era tecida de orações de bênção. A *beraká* é a parte fundamental da liturgia na sinagoga, em casa e na vida pessoal de cada um. Assim o judeu piedoso faz retornar constantemente toda sua vida a Deus, pois tudo é dele, vem dele e demonstra sem cessar sua bondade para com os homens.

O autor descreve com clareza os diferentes momentos da refeição judaica, a sua preparação ritual (O *Pré-Seder*) e a sua conclusão (O *Pós-Seder*). Conhecidas as raízes eucarísticas, o autor mostra o conteúdo neotestamentário do agir de Jesus na última ceia. "A oração eucarística unida à comunhão comunitária constituem a estrutura fundamental da eucaristia. Os dois elementos bastam para ter eucaristia; onde um dos dois falta, não se corresponde à ordem e à instituição eucarística" (81). Por isso, a comunhão deverá se ligar tão claramente quanto possível à oração eucarística. O excesso de ritos acessórios e de orações vem quebrar a unidade necessária e inseparável entre

os dois elementos. O louvor ao Senhor deverá sempre ser o ponto culminante da celebração, e a anamnese, a motivação deste grande louvor. A ligação entre a celebração da palavra e a celebração eucarística não é tão estreita como é o caso entre a celebração eucarística e a comunhão. Não se trata aqui de uma conexão necessária, mas sim muito desejável. A ligação entre o ofertório e a eucaristia é menos significativa e esta parte deveria ser simplificada.

Na última parte do livro, o autor mostra como surgiu e se desenvolveu o rito da comunhão e avalia os detalhes da renovação litúrgica assim como os pontos de uma possível revisão futura. O autor desejaria ver a parte que prepara a comunhão nesta sequência: 1. O Pai nosso. 2. A aclamação da Didaqué. 3. A fração do pão com canto de acompanhamento. 4. A comunhão do sacerdote e dos fiéis.

O leitor não se arrepende de ter lido este livro breve, claro e estimulante.

Manuel Iglesias S.J.

TEIXEIRA, Nereu: *A comunicação libertadora* (Coleção "Comunicar"). Apresentação de D. Eduardo Koalk. Ed. Paulinas, São Paulo 1983. 205 pp., 20,2 x 13,4 cm.

O ano de 1983 foi declarado pela ONU "Ano Internacional da Comunicação Social". A celebração do dia mundial dos Meios de Comunicação

Social (= MCS) deste ano teve como tema: "Os Meios de Comunicação e a construção da Paz". O lema desta celebração, no Brasil, foi: "A Comunicação fraterna constrói a Paz". Dentro deste contexto de reflexão sobre os MCS, as Edições Paulinas lançaram o livro "A Comunicação Libertadora", do Pe. Nereu Teixeira, membro da assessoria de comunicação social da CNBB, pastoralista e liturgo.

No primeiro capítulo, "Incomunicação hoje" (17-22), o autor constata o problema da incomunicação na sociedade contemporânea, apesar de se viver dentro da "compreensão do fenômeno da Comunicação...". O fato da incomunicação pode ser descrito através de alguns dos seus elementos: a insuficiência ou ineficiência da própria linguagem em ordem a conseguir uma verdadeira comunicação; a necessidade não satisfeita de uma verdadeira comunicação; a comunicação distorcida, mutilada, "interpretada", parcial. O autor aponta as conseqüências desta "solidão comunicativa" (a expressão é do recenseador) que leva ao desespero e à frustração.

No segundo capítulo, "Comunicação humana" (23-35), o autor busca os elementos fundamentais de uma ação pastoral que responda ao fenômeno da incomunicação hoje. Nesta busca, analisa os mecanismos da comunicação humana, com a constatação de que "ser pessoa humana é ser relação". Frente aos diversos modelos de comunicação que — uns mais, outros menos — reproduzem a estrutura linear Emissor — Mensagem — Canal — Receptor, o autor propõe um 4º modelo, que considera perfeito, onde todos são, ao mesmo tempo, emissor e receptor; onde código, canal e contexto são comuns. Por considerar este modelo "perfeito", o autor diz ser "uma utopia".

O terceiro capítulo, "Elementos Teológicos da Comunicação" (36-43), parte da constatação de que ainda não existe uma teologia da comunicação, embora haja inúmeras tentativas a nível latino-americano. O

autor parte, nestas considerações, da comunicação do Pai aos homens em Jesus Cristo. Deus revela a sua natureza divina aos homens: Deus Uno e Trino. Cristo é o "comunicador Perfeito", que através de sua encarnação revela a dimensão profunda da comunicação. Dentro deste dinamismo, a Igreja é convocada para comunicar, e é convocadora da humanidade para a comunhão.

No quarto capítulo, "Elementos Básicos da Pastoral" (44-49), o autor relaciona pastoral e reflexão teológica. Constata que não existe aquela desligada desta. A pastoral é "provisória e situacional". Aponta os elementos da pastoral — ação evangelizadora — a partir do Evangelii Nuntiandi: renovação da humanidade; testemunho; anúncio explícito; adesão do coração; inserção na comunidade; acolher os sinais e sacramentos; iniciativas de apostolado. Apresenta alguns desafios atuais da pastoral, e constata serem fundamentais para o crescimento da ação pastoral.

No capítulo quinto, "Evangelização e Comunicação" (50-62), o autor analisa o que o Documento de Puebla diz sobre a evangelização, inclusive corrigindo a redação oficial que "reduz a evangelização a um só elemento, o 'anúncio do Reino'" (50, cf. Puebla 1063). Aponta os elementos essenciais, integrais, integrantes e indispensáveis da evangelização. Relaciona os dois processos: Evangelização e Comunicação — e indica pistas para uma Pastoral da Comunicação.

O sexto capítulo apresenta questionamentos gerais sobre a "Comunicação interna na Igreja" (63-79):

verticalismo em todos os níveis; consciência prática, não teórica, de que a Igreja Instituição é mais "igreja" que o Povo de Deus; a fascinação do poder que enche a vida dos que estão "por cima"; graves falhas técnicas que impedem que chegue até as bases a comunicação da Igreja; as estruturas de encontro dos fiéis entre si e destes com seus bispos são precárias; a quase utopia da comunicação autêntica em muitos níveis e situações; comunicação interna "dirigida"; a comunicação "in situ Ecclesiae" parece estar bastante atrasada com relação às exigências do homem de hoje; a Igreja não consegue comunicar-se a si mesma. O autor afirma a "natureza comunicativa da Igreja, pois ela é por natureza lugar de encontro, de conversão, comunicação, comunhão". — Ainda na análise da comunicação interna, aponta para os elementos deixados por Puebla que se preocupou com o processo comunicativo interno da Igreja na América Latina. Faz referência especial ao nº 1079. — Analisa também a função sistêmica da comunicação no Povo de Deus, onde aponta "um elemento novo e que, bem aproveitado, pode ser um grande passo dentro do aspecto comunicacional: o Sínodo dos Bispos..." (73). Ainda dentro deste processo, salienta o contato pessoal do Papa nas suas viagens pelo mundo. Vê a existência de diversos "subsistemas" dentro do conjunto da Igreja, que permitem, segundo o autor, quatro abordagens, cada uma abrangendo um aspecto mais minucioso e abrangente da comunicação na Igreja. Termina o capítulo apontando umas poucas pistas gerais na busca de uma

melhoria na ação pastoral de comunicação interna da Igreja.

No sétimo capítulo, "Comunicação Litúrgica" (80-124), o autor pretende "integrar a liturgia com a Comunicação interna da Igreja", pois "a ação litúrgica é, por excelência, o mais eficaz e pleno momento desta comunicação eclesial interna". Nesta perspectiva, coloca algumas questões-chave, pois, em geral, os documentos oficiais da Igreja se preocupam com o conteúdo teológico e rubricista da liturgia, em detrimento de seu aspecto comunicativo. Nesta linha, lembra que Puebla fez uma tímida tentativa nos números 931 e 943. Como fundamento de sua reflexão, analisa o Documento do Concílio Vaticano II sobre a liturgia, onde "mesmo sem se preocupar explicitamente com a comunicação, abriu toda a riqueza da renovação litúrgica" que deu margem a uma liturgia mais comunicativa. Nesta mesma linha, analisa as conclusões da Conferência de Puebla, que na terceira parte tem o terceiro capítulo dedicado aos "meios para a comunhão e participação". A exposição longa é justificada pelo autor como "necessária e importante para ser fundamento sólido da busca refletida e prática de uma comunicação litúrgica". — Em seguida, sob o prisma da comunicação, apresenta alguns elementos essenciais da Liturgia. Para o autor, o "movimento original que 'gera' a ação litúrgica vem de Deus, vem da Trindade, e volta para a Trindade, como procede do Pai o Verbo-feito-Homem". O segundo movimento, o movimento-resposta, está caracterizado no gesto litúrgico. Na liturgia já não há "receptores e emissores", pois

todos são "fontes e destinatários".

— Ainda se atendo ao Documento de Puebla, o autor analisa a liturgia e sua função evangelizadora, onde conclui que "só comunicamos comunhão 'ad intra' e 'ad extra' se formos comunhão em, por e com Cristo".

— Na relação comunicação e liturgia, o autor focaliza três conceitos fundamentais para o seu estudo: Comunicação *da* liturgia; comunicação *pela* liturgia; comunicação *na* liturgia (o sublinhado é nosso). E conclui que a diversidade dos três conceitos é apenas teórica, já que o que existe é a ação litúrgica. Distingue para compreender e viver. — Analisando a comunicação na liturgia, pergunta: o que se celebra, quem celebra e como celebra? Além disso, apresenta elementos para uma formação litúrgica: assembléia litúrgica; presidentes da assembléia, ministros da celebração e sinais e símbolos usados. — Termina o capítulo com a abordagem de liturgia e técnicas visuais, onde conclui da necessidade de que haja condições técnicas de aproveitamento da assembléia.

O oitavo capítulo aborda o tema "Meios de Comunicação Social" (125-131). O autor analisa a natureza dos meios, salientando sua importância econômica dentro do capitalismo; sua importância como "multinacional da cultura"; sua importância ideológica; sua importância na manipulação e monopólio da informação; sua importância na propagação do consumismo. Analisa também o que chama a "força motora" dos MCS. Afirma ser possível perceber que filosofias estão implícitas nas diversas posturas de comunicação. Pode ser humanista ou mecanicista, sendo que a maior consequência do posiciona-

mento mecanicista é a alienação. E conclui que sem esta visão crítica não se pode conceber uma pastoral dos MCS.

O nono capítulo é dedicado a "Igreja e Meios de Comunicação Social" (132-154). Num primeiro momento, o autor analisa os documentos da Igreja universal sobre os MCS, desde a Encíclica "Vigilanti Cura", de Pio XI, até a Instrução Pastoral "Communio et Progressio", de Paulo VI. Em seguida se detém nos documentos latino-americanos, das Conclusões do Iº Seminário Continental de Santa Inês às Conclusões da IIIª CELAM realizada em Puebla. Houve um movimento evolutivo na posição da Igreja frente aos MCS: da censura e repressão, passando pelo deslumbramento do Vaticano II e "Communio et Progressio", até uma avaliação crítica realizada em Puebla. Para o autor, os desafios fundamentais dos MCS à Igreja são os desafios ético, cultural, técnico e pastoral. Por fim, apresenta algumas linhas pastorais: 1º atualizar a comunicação da Igreja mesma; 2º viver e vivificar a força do gesto litúrgico; 3º aproveitar a riqueza da autêntica piedade popular; 4º uma pastoral dos MCS deve ser pastoral de conjunto; 5º procurar uma comunicação sempre mais autêntica da Igreja-povo-de-Deus.

O décimo capítulo trata da relação "Pastoral e Meios de Comunicação Social" (155-165). Aqui o autor faz a distinção entre pastoral *nos* MCS e pastoral *dos* MCS (o sublinhado é nosso). A pastoral *nos* MCS é a que se faz com as pessoas que neles trabalham, enquanto que a pastoral *dos* MCS é a que se faz através dos MCS. A seguir faz uma análise da

pastoral dos MCS próprios e dos MCS neutros. Apresenta também as vantagens e desvantagens dos meios próprios e dos meios neutros. Ao apresentar a natureza dos MCS, diz que estes podem ser massivos ou grupais. Do mesmo modo, o seu uso pode ser massivo ou grupal. Contudo, o uso massivo ou grupal, segundo o autor, independe da natureza do meio. Isto é, um meio grupal pode ter uso massivo e vice-versa.

No décimo-primeiro capítulo, "Comunicação Vertical, Horizontal e Pastoral" (166-171), realiza um paralelismo entre estes três termos, afirmando que "uma reflexão sincera sobre as características que marcam a comunicação vertical e horizontal pode nos levar a buscar com mais clareza e convicção uma comunicação que chamamos 'pastoral', aquela real e coerentemente comprometida com a libertação dos homens, especialmente dos fracos, oprimidos, pobres".

O décimo-segundo capítulo aborda a "Crítica profética da Igreja frente às Comunicações" (172-179). Afirma que "exercer o seu carisma profético é ter a capacidade de questionar corajosa e evangelicamente o fenômeno da desumanização produzida por uma tecnologia a serviço da informação e comunicação que não busca a comunhão nem a participação, mas a dominação de uns poucos sobre muitos". Nesta perspectiva estende-se sobre a questão do profetismo na Igreja.

O décimo-terceiro capítulo contempla a "Espiritualidade do Comunicador" (180-193). Embora saliente que uma teologia espiritual da comunicação supõe uma teologia da comunicação (e esta ainda não existe,

segundo afirmara no capítulo III), o autor reconhece que aquela pode preceder a esta. O "tema brota do esforço da experiência, sobretudo das profundas carências que a própria comunicação aponta na gente". Para o autor, três elementos são fundamentais na busca de uma espiritualidade da comunicação: elementos da teologia, elementos da espiritualidade e elementos da comunicação humana. Os dois primeiros são comuns a toda espiritualidade, enquanto que o terceiro caracteriza a espiritualidade do comunicador. A seguir, o autor apresenta algumas notas características — embora não exclusivas — da espiritualidade do comunicador: cristocêntrica, eclesial, encarnada, de escuta (ouvir), contemplativa, de mediação (instrumento), de esperança, de técnica.

Exposto o pensamento do autor, convém dar uma breve apreciação do ponto de vista do recenseador. O livro é um excelente compêndio de pastoral da comunicação social dentro de uma visão de Igreja renovada. Portanto, instrumento necessário a qualquer curso de pastoral da comunicação social. Embora o autor diga que o Capítulo VII, "Comunicação Litúrgica", é um capítulo à parte (cf. 80), o recenseador o considera a colaboração mais importante do livro, principalmente a análise da comunicação litúrgica (102-117). Outra contribuição importante aparece, quando o autor (que esteve presente em Puebla) nos dá a versão original de Puebla sobre a evangelização, segundo ele, empobrecida no documento final (cf. 50). Em síntese, o livro merece ser lido e estudado.

Uma observação quanto ao título do livro: "A Comunicação Liber-

tadora". O tema da libertação é um tema muito específico dentro da reflexão teológica latino-americana, entretanto o livro não reflete o título, nem este diz o que é o livro. Alguém que comprasse o livro baseado no título, por certo se sentiria fraudado na sua expectativa. Qualquer título que contemplasse a dimensão da pastoral da comunicação ou a relação comunicação e liturgia diria bem o que o livro é. Aliás, o próprio autor o reconhece, quando na versão original do livro, escrita em espanhol, lhe dá o título provisório de: "Pastoral de la Comunicación" (Pastoral da Comunicação). Muitas pessoas que poderiam comprar o livro como subsídio de pastoral da comunicação,

não o compram pensando ser outra coisa; e muitas que o compram na esperança de ver a comunicação pensada a partir da problemática da libertação (de acordo com o pensamento teológico latino-americano) têm a sensação de haver sido enganadas. Esta insuficiência aparece principalmente no capítulo III, "Elementos teológicos da comunicação", pensado e refletido a partir de uma Teologia renovada.

Contudo, estas observações quanto ao título do livro não lhe tiram a validade e importância para todas as pessoas preocupadas com a pastoral da comunicação social.

Pedro Gilberto Gomes S.J.

RICHARD, Pablo – IRARRÁZVAL, Diego: *Religión y política en América Central. Hacia una nueva interpretación de la religiosidad popular* (Colección "Centroamérica"). DEI, San José (Costa Rica) 1981. 61 pp., 18 x 11 cm.

O presente opúsculo reúne dois trabalhos: o primeiro, de Pablo Richard (9-34), de caráter mais teórico; o segundo, de Diego Irarrázaval (35-52), de caráter mais descritivo. Seguem-se as notas a ambos os artigos (53-56; 56-58) e uma "bibliografia básica sobre religiosidade popular na América Latina" (59-61).

Pablo Richard apresenta inicialmente, de forma bastante esquemática, uma interessante "história da interpretação da religiosidade popular. Numa primeira etapa dessa história, a

religiosidade popular (RP) era apenas "objeto de estudo". A atitude dos pesquisadores é acadêmica, como de alguém alheio ao fenômeno que estuda. Conforme a escola científica ou filosófica a que pertencesse o investigador, o estudo se dirigia de forma diferente. Essa abordagem é classificada de "elitista" por outra tendência, a "populista", que tende a idealizar o povo, sem considerar o aspecto conflitivo da existência de classes sociais. No fundo, ambas as tendências são igualmente uma elaboração intelectual e a RP mero objeto de estudo. Há, no entanto, aspectos positivos: descobria-se a manipulação da RP pelas classes dominantes; tomava-se consciência de que a secularização na América Latina não destruiu a RP, mas a tornava um potencial libertador; percebia-se a necessidade de

reformular a partir da RP latino-americana a teoria marxista da religião.

Na segunda etapa passa-se a uma aceitação crítica da RP. A partir da experiência política e pastoral reconhece-se na RP uma mescla de elementos libertadores e elementos alienantes (a religião-protesto e a religião-ópio, de Marx). O ponto fundamental foi a afirmação do povo como classe e sujeito histórico também de uma religiosidade.

Na terceira etapa supera-se o nível de uma teoria da religião (de inspiração marxista) para considerar a prática global e concreta do povo e nela, como parte constitutiva, o fator religioso. "Não se pode separar a análise da religiosidade popular da análise política global e vice-versa" (17). O povo oprimido é sujeito de sua história e sujeito da evangelização (através também da RP). É o que Puebla virá a reconhecer. E entre ambos os aspectos há uma mútua relação: "a capacidade libertadora da fé do povo está ligada a sua capacidade revolucionária e, . . . em determinadas circunstâncias, a capacidade revolucionária das classes exploradas está também ligada a sua capacidade evangelizadora" (20-21).

A segunda parte do artigo de Richard analisa a RP na América Central, a partir do fato de que o sistema capitalista é conscientemente interpretado em termos de vida e morte, não só do ponto de vista sociológico como do ponto de vista religioso. Daí o papel ativo e positivo que a consciência cristã do povo exerce sobre a organização popular na América Central, não só negativamente, enquanto explicita na consciência religiosa a crise do sistema capitalista, mas também positivamente, enquanto aponta

a "uma sociedade civil alternativa, popular e revolucionária" (25). Como marco teórico para interpretar a RP na América Central, Pablo Richard resume o capítulo de Otto Maduro, *Religião e luta de classes* (trad. bras.: Petrópolis, Vozes 1981) sobre o campo religioso como fator ativo dos conflitos sociais (cf. *ibid.* 151-185).

Devido ao regime de Cristandade ("forte integração da Igreja na sociedade civil e ampla base de apoio popular"), a crise do sistema dominante traz consigo a crise da Cristandade. Como "a base popular da Cristandade elabora a crise de legitimidade do sistema em termos religiosos", "o movimento popular assume formas religiosas que aceleram a crise da Cristandade" sem entrar em contradição diretamente com a Igreja hierárquica, a não ser na medida em que esta se identifica com o regime de Cristandade (32). Isso é fundamental para entender a chamada "Igreja popular" na América Central. "A consciência revolucionária do povo progride. . . sem entrar em contradição fundamental com a consciência cristã do povo. . ." (33), confirmando o que ficou dito no fim da primeira parte do artigo e foi citado acima.

Trata-se, portanto, de um excelente artigo com sugestões e intuições que só se lamenta tenham sido desenvolvidas em tão poucas páginas. Esperemos que o autor volte a retomá-las mais amplamente. Apesar da brevidade, oferece pistas ótimas para quem se interessa por refletir teologicamente sobre a RP na América Latina.

O segundo artigo é uma descrição de manifestações da religiosidade popular na Nicarágua, por alguém que,

vindo de fora, se encanta com o que lá encontra. Narra episódios e exemplos tanto de tempos mais antigos, como da época atual, de como a RP

se mesclou à experiência política da insurreição sandinista.

Francisco Taborda S.J.

MONDIN, Battista: *Curso de Filosofia. Os filósofos do Ocidente. Vol. 3* (Col. "Filosofia" 3). Tradução do original italiano por Benôni Lemos. Revisão de João Bosco de Lavor Medeiros. Ed. Paulinas, São Paulo 1983. 289 pp., 23 x 16 cm.

Após breve introdução, buscando situar os movimentos filosóficos contemporâneos no contexto político-sócio-cultural, o autor passa à descrição destes movimentos juntamente com seus representantes. A apresentação de cada grupo (românticos, idealistas, filósofos italianos na primeira metade do século XIX: o realismo crítico, voluntaristas, materialistas, positivistas, espiritualistas, filósofos americanos, neo-idealistas, existencialistas, filosofia da linguagem, estruturalistas, marxistas revisionistas, epistemólogos) por vezes conclui por uma apreciação crítica, outras não. O mesmo vale dos pensadores individuais.

O objetivo do autor parece consistir em propiciar uma visão geral da história da filosofia ocidental a partir dos inícios do século XIX, melhor, dos pensadores deste período. Isto poderia explicar sua maneira antes pragmática do que sistemática de agrupar estes mesmos pensadores. Assim, temos, por exemplo, o grupo dos "filósofos americanos" sim-

plesmente ao lado de outros, como os positivistas, identificados por características de escola. Ou ainda, deparamos com Husserl entre os existencialistas. Ou então, Wittgenstein, com seu *Tractatus*, classificado como neopositivista ao lado de Carnap e A. J. Ayer.

É fácil de ver, por estes exemplos, que uma tendência demasiado simplificadora, se já não é a própria incorreção, pode levar a mal-entendidos. De resto, parece que o próprio autor é vítima de tais mal-entendidos ao sugerir que os "analistas" estariam simplesmente repetindo o que já haviam feito filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles (p. 217).

Em suma, se o livro de Mondin não ajuda muito para uma compreensão mais exata dos movimentos filosóficos mais recentes, tem, contudo, o mérito de oferecer uma visão geral destes movimentos e de seus representantes. Neste sentido, a tradução da obra vem preencher uma lacuna, porquanto os manuais de história da filosofia, acessíveis ao leitor da língua portuguesa, são, via de regra, extremamente sucintos, quando se trata de apresentar o pensamento mais recente. Aqui também poderia encontrar-se a utilidade da obra, isto é, oferecer aos estudantes de história da filosofia um primeiro contato com a filosofia contemporânea.

W. S.

PROFESSORES DO CEPEHIB

(coord.): *Dom Antônio de Macedo Costa. Bispo do Pará – Arcebispo Primaz (1830-1891)* (Col. "Cadernos de História da Igreja do Brasil" 1). Ed. Loyola/CEPEHIB, São Paulo 1982. 79 pp., 21 x 13,5 cm.

O Centro de Pesquisas e Estudos de História da Igreja no Brasil (CEPEHIB), na tentativa de preservar a memória histórica da Igreja do Brasil, nos apresenta, oportunamente, o opúsculo "Dom Antônio de Macedo Costa" que é de importância para aqueles que desejam conhecer um pouco mais a linha de pensamento deste personagem que marcou e liderou os planos de ação da hierarquia eclesiástica durante as três últimas décadas do período imperial brasileiro.

A presente obra contém: a) uma introdução do Prof. Riolando Azzi que nos ajuda a situar a presença de D. Macedo Costa, bispo do Pará e, em seguida, arcebispo primaz da Bahia, no contexto em que vivia a Igreja do Brasil na época; b) dois textos elaborados por D. Macedo Costa, nos quais se manifestam os fatos marcantes da história da comunidade eclesial brasileira.

No 1º texto, "Memória sobre a situação presente da Igreja do Brasil", escrito após a chamada Questão Religiosa, D. Macedo Costa faz uma espécie de análise do conflito entre a Igreja que desejava reformar-se, e a maçonaria e membros do governo imperial que "não desejavam senão a inatividade absoluta dos Bispos". Os Bispos reformadores, entre os quais destacava a figura de D. Mace-

do Costa, lutavam por substituir o antigo modelo medieval de Igreja-Cristandade, vinculada e dependente do poder do Estado, pelo "novo" modelo de Igreja-Hierarquia, vinculada e dependente da Santa Sé, cujas bases foram lançadas pelo Concílio de Trento. Da parte dos Bispos, desejava-se, no fundo, não uma mera separação entre Igreja e Estado, mas defendia-se e lutava-se por uma *autonomia* dos dois poderes sem excluir a mútua colaboração, necessária (segundo o pensamento de D. Macedo Costa) para a construção de uma sociedade perfeita, solidamente estruturada em valores civis, morais e cristãos. Para atingir tal objetivo, nada melhor do que começar pela reforma no seio da própria Igreja, isto é, das instituições permeadas pela presença da maçonaria. Era preciso que a Igreja se desvencilhasse da "influência impostora dos maçons". No final do relatório, D. Macedo Costa indica algumas sugestões práticas para a concretização de suas idéias.

No 2º texto, "Alguns pontos de reforma na Igreja do Brasil", redigido após a proclamação da República, D. Macedo Costa, agora como chefe da Igreja do Brasil (na condição de arcebispo primaz da Bahia), tem em mente a realização de um concílio nacional "que servisse para consolidar em bases definitivas o movimento de reforma católica", cuja estagnação ele já havia denunciado à Santa Sé por ocasião do envio do seu relatório (1º texto).

Este texto reflete as tendências, preocupações e as respectivas linhas de pensamento e ação dos Bispos, quando a Igreja enfrentava o novo momento histórico de separação do

Estado. A importância do texto se encontra no fato de ser uma nova tentativa de solidificar o poder espiritual a partir de uma ação conjunta e solidária entre as dioceses. O texto deixa entrever a preocupação de D. Macedo Costa em manter o episcopado coeso e unido quanto ao modo de proceder pastoralmente.

Diria que o mérito de D. Macedo Costa se fundamenta no fato de se ter empenhado com toda a sua força moral, religiosa e intelectual na luta contra os ditames do Império, conquistando, assim, um novo espaço de liberdade para o exercício da missão

pastoral da Igreja. Eis aí, então, um livrinho que, por certo, enriquecerá a nossa memória histórica; a memória de uma Igreja que ainda caminha na história, corrigindo, corrigindo-se e deixando-se corrigir pelas diversas situações e desafios que são lançados durante a sua caminhada rumo ao Absoluto. Enquanto isso, a memória da Igreja vai apontando os limites do passado, corrigindo o presente que se lança para um futuro que se abre na conquista de esperanças.

José de Anchieta Lima Costa S. J.

VÁRIOS AUTORES: *Formação histórica da Maçonaria. Anais do I Congresso Internacional de História e Geografia do Rio de Janeiro*, de 19 a 22 de março de 1981. Volume I (Coleção "Pensamento Maçônico Contemporâneo" 4). Ed. da Academia Brasileira Maçônica de Letras, Rio de Janeiro 1983. 244 pp., 23 x 16 cm.

Como primeira justificativa da edição brasileiro-portuguesa de "Maçonaria e Igreja Católica. Ontem, Hoje e Amanhã" (cf. *recensão em Perspectiva Teológica* 15, 1983, 140-142), cuja segunda edição acaba de sair, muito ampliada, melhorada e atualizada, aduzi a carência enorme de boa literatura maçnológica em nossa língua. Dizia, então, que "não há praticamente nada de original ou de traduzido, que nos dê uma visão objetiva do 'fenômeno' maçônico. ... Os próprios autores honestos e competentes da Ordem o confessam, como, por exemplo, o indubitavelmente,

mais autorizado deles, Nicola Aslan. ...".

Mas faço uma ressalva: "devemos dizer, a bem da verdade, ele, Nicola Aslan, e mais um ou outro, e, sobretudo, a Academia Maçônica de Letras, fundada em 1972, estão preenchendo esta grave lacuna". E uma das provas é a presente obra. É a quarta da "Coleção Pensamento Maçônico Contemporâneo", cuja primeira, que encabeça a lista, é o meu "Conceito de Deus na Maçonaria" (cf. *recensão em Perspectiva Teológica* 14, 1982, 115-118). A segunda é a do Presidente da Academia, Gen. Morivalde Calvet Fagundes, "Maçonaria: Espírito e Realidade" (cf. *recensão em Perspectiva Teológica* 15, 1983, 138-140) e a terceira é uma "Antologia Poética Nacional Maçônica".

A obra em questão é o primeiro volume de seis, que figurarão na lista acima em 6º, 8º, 10º, 12º e 14º lugares. Com bela apresentação gráfica, reproduzindo na capa um muito simbólico braço dos maçons operativos,

abrange 8 capítulos e 10 anexos. Os 7 primeiros capítulos são algumas das teses apresentadas no Congresso: "Premissas para o Estudo da História Institucional do Brasil", de Ovídio Gouveia de Cunha (RJ); "O Enigma da Gênese da Maçonaria Especulativa", de Nicola Aslan (RJ); "Uma Loja Maçônica em Rotterdam, fundada antes de 1721/22", de Hugo de Schampheleire (Bélgica); "Algumas revelações sobre os inícios da Maçonaria no Brasil", de Alcibíades Lappas (Argentina); "Os Primórdios da Maçonaria Brasileira", de Rizzardo da Camino (RS); "A Maçonaria Bonapartista na Espanha", Pe. José A. Ferrer Benimeli S.J. (Espanha); "Anglismo na Maçonaria em Portugal no Limiar do Século XIX", de Maria da Graça Silva Dias (Portugal). O quarto e o quinto trabalhos, sobre as origens da Maçonaria brasileira, se inglesa ou francesa, não dirimiram a dúvida, exigindo estudos posteriores. O oitavo capítulo é o Relatório do Congresso.

Quanto aos Anexos: I. regulamento do Congresso; II. relação das teses e memórias, aceitas pelo Congresso, em número de 51; III. relação dos 136 congressistas; os demais são o registro dos vários discursos proferidos

então: do Dr. Austregésilo de Atayde, Presidente da Academia Brasileira de Letras e Presidente de Honra do Congresso e da Academia Maçônica Brasileira de Letras; do prof. Aldo A. Mola, da Itália; prof. Jacques Marx, da Bélgica; prof. Pe. José A. F. Benimeli, da Espanha; do Dr. José Eduardo de Cara e do Dr. Alcibíades Lappas, ambos da Argentina; do Comendador Alberto Mansur, do Supremo Conselho do Grau 33 da Maçonaria Escocesa para a República Federativa do Brasil; do Dr. Ovídio Gouveia da Cunha, do Rio de Janeiro; o meu, e, enfim, o de agradecimento e de encerramento do Congresso, magnífica síntese de todos os estudos, pelo Gen. Calvet, Presidente da Academia e do Congresso. Um dos Anexos, o 9º, é a Relação das 27 personalidades e instituições às quais foi concedido, pelo Congresso, o título de "Benemérito da Cultura". A apresentação do volume é feita pelo acadêmico Fernando Fagundes.

É, realmente, um substancioso instrumento de estudos, que honra sobremodo a Academia Brasileira Maçônica de Letras.

Valério Alberton, S.J.

SCHOENBORN, Ulrich: *Fé entre história e experiência. Migalhas exegeticas*. Editora Sinodal, São Leopoldo 1982. 330 pp., 23 x 13,5 cm.

O subtítulo esclarece o conteúdo do livro: "migalhas exegeticas". Não é o mesmo que dizer: Meditações bíblicas. A coletânea de onze artigos aqui reunidos foram escritos enquan-

to o autor, certamente de nacionalidade alemã, estava vivendo em contexto brasileiro. Alguns artigos foram publicados como auxílios homiléticos em "Proclamar a Libertação", São Leopoldo. Outros são palestras ou aulas. Percebe-se de imediato que estamos diante de um cientista estrangeiro, que, ao tomar contato com a realidade brasileira, utiliza determinadas produções literárias nossas para

enriquecer os dados da sua ciência exegetica, mostrando sua utilidade e validade. Nem sempre esta "cruza" fica evidente.

Propõe logo no início algumas perguntas que para o leitor servirão de guia, por onde se encaminharão as questões: que fazer com textos bíblicos nascidos de conflitos e que levam a novos conflitos? Amenizar? Não! responde o autor. A fé que corre riscos em formulações, combinações e conclusões, resiste à tentação de manipular o Deus que padece. A fé mantém relação necessária entre história (Jesus Cristo, tradição, passado) e experiência (contexto, situação epocal).

Quando usa textos bíblicos como fonte principal de sua explanação (sete artigos), segue um duplo esquema: de um lado, recorda a época neotestamentária, como naquele momento tal texto teve suas influências, às vezes gerando conflitividade; por outro lado, aponta as incidências para hoje, quando dentro do cristianismo se confrontam imagens (e práticas) diferentes de Jesus Cristo: o manso cuja mensagem está acima dos conflitos, o morto não permitindo agir na história e o seu avesso que representa uma ação na conflitividade da História (como a "opção pelos pobres"). Também hoje Jesus Cristo gera conflitividade: ou opta-se a favor ou contra.

A proposta é uma exegese engajada, atuante. Toda interpretação se baseia numa experiência. Com a perícopia Mt 8,5-13, exemplifica a necessária relação entre texto bíblico e experiência, onde se abre um diálogo enriquecedor. O diálogo que se dá aí é entre evangelho e gentios, supera

um conflito histórico. O autor, ao longo do livro, dá freqüente importância à questão da lingüística e da utopia. O que certamente reflete uma influência da escola francfurteana.

Confronta-se com o tema da Igreja (20-37), estabelecendo duas perguntas: "o que é e onde acontece Igreja?" Não envereda por caminhos conflitivos da eclesiologia, em vista de crenças divergentes, etc. Relaciona simplesmente Igreja e eucaristia (Lc 22,6s), narrando várias celebrações diferentes, mas exemplares pela sua eclesialidade e pelo seu ecumenismo. A eucaristia mais autêntica se dá em situações muito particulares da vida.

Sob o título "O camponês crucificado" (61-113) apresenta um capítulo de originalidade cristológica. Nele "sugere uma vinculação entre o destino do camponês, ou seja, do marginalizado e oprimido e aquele destino do Jesus de Nazaré". As camadas populares experimentam a mesma sorte: quando anunciadoras de um modo de vida novo, são perseguidas e crucificadas. A partir desta hipótese examina cinco tipos de imagens de Jesus Cristo (desde enfoques conservadores da "ordem estabelecida" até imagens inspiradoras da revolução social), tomando-os de contos e poesias populares. Confira-se a este respeito também José Dias de Araújo, "Imagens de Jesus Cristo na literatura de cordel" (in Vozes 68, 1974, 545-552) e Carlos Palácio, "Cristo na religião do povo" (in Síntese 12, 1978, 3-24). Schoenborn escreve tudo isto como se dissesse: existe uma teologia que não é feita por teólogos. São autores que falam do "avesso da história", onde a reli-

giosidade do "servo sofredor" se faz presente. É uma teologia do Deus marginal, não do herói, mas do desfigurado.

No segundo artigo cristológico critica duas imagens frequentes: o Cristo morto e o Cristo Senhor. São figuras produzidas por uma sociedade classista (pobres sofredores e abastados reais) e que tendem a confirmá-la. Em nenhuma das duas figuras Cristo inspira uma ação transformadora da história. Numa tercei-

ra imagem de Jesus Cristo retoma na realidade o capítulo anterior. É a imagem de Jesus Cristo, que, aniquilado, é sinal contestador da opressão (ver fotos: 133-138). Um escultor brasileiro diz assim: "fico querendo fazer a escultura de minha gente, mas aprendi que nada é mais parecido com o povo que o Cristo (crucificado)".

Alofsio Ruscheinsky S.J.

LAPPLE, Alfred: *Nossa fé está mudando? Orientação para os Cristãos de hoje* (Col. "Por que creio" 4). Trad. do original alemão por Hildegardis Pasch. Revisão de José Joaquim Sobral. Ed. Paulinas, São Paulo 1983. 210 pp., 23 x 16 cm.

O autor "não visa, de forma alguma, expor uma doutrina completa da fé", mas pretende "fornecer pontos de orientação a um critério de respostas precisamente a problemas e dificuldades" (5), ajudando assim na renovação do seguimento de Cristo e no aprofundamento da fidelidade à Igreja. O cristão de hoje deve estar preparado e conscientemente ligado à sua época e ao seu ambiente, para viver e comunicar o que crê.

O autor busca dar uma orientação para todo aquele que crê. Serve também de roteiro para o estudo da fé, em grupos de catequistas e agentes de pastoral, que poderão encontrar nestas páginas a explicação dos pontos fundamentais da nossa fé, vistos à luz da Sagrada Escritura, da Tradição e da Teologia sistemática.

O livro está dividido em seis grandes temas da profissão de fé do cristianismo:

1) *Creio*: A resposta do homem à oferta da verdade divina, feita por Deus, condensou-se na Sagrada Escritura, tanto do AT como do NT sob a forma de confissão, de louvor e de glorificação. "O caminho histórico do crescimento da fé e, portanto, também do desenvolvimento dos dogmas corretamente entendido, realiza-se no horizonte da compreensão da Igreja e de sua história da Tradição" (23), à qual Jesus Cristo prometeu a assistência do Espírito Santo como guia à verdade plena. O mundo dos dogmas é considerado supérfluo, às vezes até embaraçoso para a fé do cristão de hoje." (...) "O ato de fé não visa ao dogma, mas o objeto do dogma. . . , que é justamente verdadeiro, porque aponta para além de si, para o mistério de Deus" (Walter Kasper)" (32).

2) *Deus Trino*: Certamente é para o cristão mais do que uma informação interessante saber como grandes filósofos e fundadores de religiões

refletiram e falaram sobre Deus. Para o cristão, falar de Deus significa seguir aqueles pontos de afirmação e orientação comunicados por Jesus Cristo aos homens. "Jesus Cristo é a 'porta', o 'caminho' para Deus — a exegese viva e pessoal de Deus, a última, a escatológica palavra de Deus sobre si mesmo" (54).

3) *Deus, criador do céu e da terra*: "O mundo é apenas o resultado do acaso? Ou deve de modo intrínseco existir necessariamente como evolução dinâmica de uma matéria eterna?" (61). Estas e outras perguntas o autor tenta responder na perspectiva cristã pelas diferentes referências: Sagrada Escritura, documentos da Tradição e da Teologia sistemática.

4) *Jesus, o Cristo*: O autor nos mostra detalhadamente alguns testemunhos extrabíblicos sobre Jesus e as primeiras comunidades cristãs. Utilizando estes escritos a respeito de Jesus de Nazaré, da parte de não-cristãos, damos uma volta à história, conhecendo de mais perto o quadro histórico, no qual Jesus nasceu, exerceu sua atividade e morreu na cruz sob Pôncio Pilatos, de acordo com os testemunhos da Bíblia. — Sobre a concepção pelo Espírito Santo, o autor escreve: A encarnação do Filho de Deus no seio de Maria Virgem "é e permanece um mistério, que a Bíblia e a Tradição da fé da Igreja mantêm firmemente e não explicam" (97). — Em todo o NT encontramos razões fundamentais para testemunhar Jesus como o Cristo, o Filho de Deus, Jesus, o Cristo, tem a missão de anunciar o Reino e a nova justiça. E sua obediência leva-o à cruz, assumindo a história do sofrimento de todos os homens. Jesus se coloca ao

lado dos oprimidos, dos pobres, dos marginalizados. Jesus, o Cristo, é a salvação operada por Deus Pai. Atua na raiz da história, da sociedade humana e do indivíduo, invertendo os planos dos dominadores e confundindo todos aqueles que se apoiam naqueles projetos.

5) *Espírito Santo e Igreja*: O autor mostra a mensagem bíblica e a doutrina do Espírito Santo na história da fé da Igreja. Igreja, o Povo de Deus por vocação, é a comunidade dos chamados e dos escolhidos que testemunham pela fé e pela sua caminhada, a presença de Jesus ressuscitado. Diante disto o autor aborda o sentido dos sete sacramentos que participam do mistério da presença de Cristo Jesus glorificado. "A Igreja é o sacramento original — que possui uma orientação sacramental e escatológica" (146). A partir desta afirmação o autor passa a explicar cada um dos sete sacramentos.

6) *Ressurreição da carne e vida eterna*: Qual é a origem da morte? Médicos, psicólogos, filósofos e teólogos atualmente discutem e investigam para saber a origem da morte. Diante da promessa de Jesus — Jo 3,36: "quem crê no Filho tem a vida eterna" — o autor reflete sobre os sinais da esperança cristã em um novo Adão: Jesus ressuscitado!

O livro como roteiro para estudo é bom. Mas como perspectiva de reflexão e engajamento da fé cristã num contexto latinoamericano o livro é insuficiente. A Igreja na América Latina, está buscando um novo modelo pastoral de Igreja que tenha em vista um novo modelo alternativo de sociedade e entenda a universalidade do anúncio da Boa Nova, na

fé comprometida com a opção pelos pobres. E neste aspecto o livro deixa muito a desejar, o que não é de estranhar num autor alemão, que não se

enfrenta com a mesma problemática que nós.

João Oliveira Souza S.J.

AZEVEDO, Marcello de Carvalho:
Temas do homem na agenda de Deus. Ed. Loyola, S. Paulo 1981, 78 pp., 21 x 13,5 cm.

O livro reúne vários artigos publicados no "Jornal do Brasil" e no "Jornal de Brasília". Todos os artigos desenvolvem a articulação entre Deus e o homem. Em todos eles, está latente e patente que o Homem não pode ser pensado sem relação a Deus.

O autor apresenta os seguintes temas:

a) A Igreja mudou: em que e por quê? "A resposta a esta pergunta-chave pode ajudar-nos a captar a realidade atual da Igreja e sua conseqüente atividade, no específico do quadro brasileiro". O autor explicita as mudanças que a Igreja teve, principalmente na compreensão do homem. A Igreja é, no tempo e na história, anunciadora da fraternidade. A Igreja ampliou o leque de sua avaliação ético-moral. "A consciência da Igreja aponta hoje para uma dimensão social do ato humano".

b) Três grandes desafios para a Igreja que mudou – A Igreja, no Vaticano II, se definiu principalmente como povo de Deus. Em Puebla, a Igreja do Continente frisou o binômio comunhão e participação. "Um dos maiores desafios à Igreja no momento é precisamente a sua auto-educação" para valorizar sempre mais o significado e a presença do leigo. Ou-

tro desafio é o dos modelos pastorais: é necessária uma ação pedagógica abrangente, para que se mova todo o corpo da Igreja, em busca de preencher sua missão no mundo. "Será então efetivamente um POVO em marcha e não uma fórmula a mais entre tantos modelos elitistas, de massificação explícita ou disfarçada" Um terceiro desafio é o do Pluralismo. "A Igreja nunca poderá renunciar à sua missão de pregar, de anunciar com clareza as suas posições, de denunciar o que vulnera o homem, segundo o seu modo de compreender as coisas, a partir de suas fontes".

c) João Paulo II: As muitas faces da presença e da mensagem. "O Papa se fez amigo próximo e acessível, hóspede cada dia mais querido". O autor explicita que nos encontramos com o Papa que se revelou humanista profundo, nada querendo compreender do mundo sem referência ao homem. O Papa falou aos grupos, mas vibrou com as multidões.

d) E finalmente dois textos sobre Anchieta – um homem para o homem todo. "No contexto de um humanismo que, na Europa, redescobria as raízes clássicas do homem ocidental, Anchieta descobre este HOMEM diferente que é o índio e com ele se fascina. Respeita-o, preserva-o, cultiva-o, defende-o e o faz crescer".

João Oliveira Souza S.J.